

Acordo possibilita votações, mas pauta continua trancada

Plenário aprova cinco embaixadores, diretor da ANTT e duas medidas provisórias que liberaram R\$ 6,7 bilhões para órgãos do governo

Após entendimento, senadores analisaram nove itens pendentes de votação, incluindo três MPs

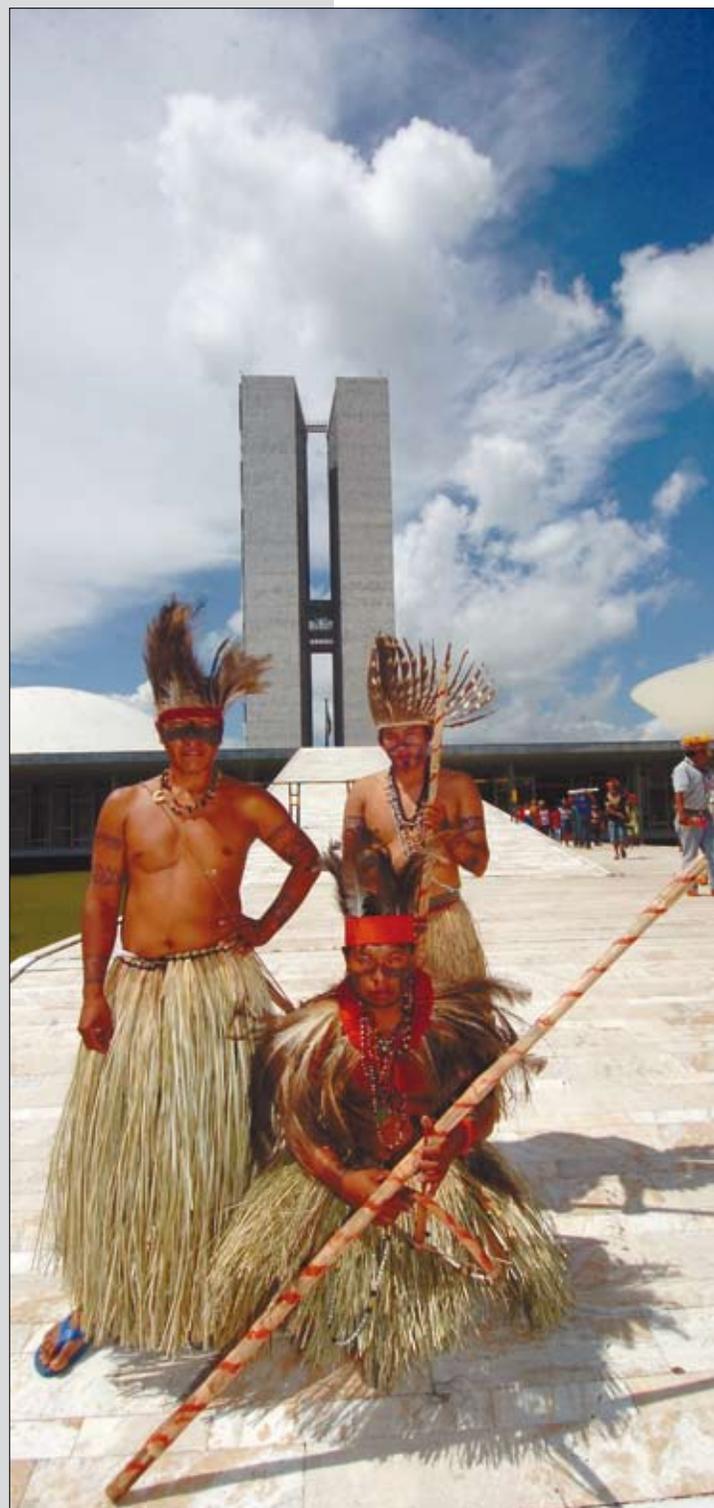


Leopoldo Silva

Com aval dos líderes, o Plenário do Senado aprovou duas medidas provisórias que abrem créditos de R\$ 6,7 bilhões à Justiça Federal e a órgãos do Executivo. Uma terceira MP foi derrubada por não preencher os requisitos de urgência, de acordo com o próprio líder do governo, Romero Jucá. O entendimento permitiu ainda a aprovação de cinco mensagens da

Presidência da República indicando diplomatas para chefiar embaixadas do país no exterior. Uma sexta mensagem, que indica Mário Rodrigues Júnior para diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, foi acolhida. Mais três MPs precisam ser analisadas antes que a pauta do Senado seja desobstruída para novas votações.

Página 3



J. Freitas

Índios que participam do Acampamento Terra Livre fazem manifestação em frente ao Congresso. Movimento tem o apoio de José Nery, que acusou os arroteiros que ocupam a reserva Raposa Serra do Sol de espancar índios. **Página 7**

CPI Mista dos Cartões convoca reitor da Unifesp

Ulysses Fagundes Neto deverá explicar gastos de R\$ 12 mil, no exterior, na compra de artigos esportivos e equipamentos eletrônicos. **Página 4**



Genaldino Magalhães

Lançamento de livro sobre a vida de Antonio Carlos Magalhães (foto) e a colocação de retrato na galeria da CCJ marcaram homenagens ao ex-senador, na presença de familiares e do presidente do Senado. **Página 2**

Licitação para convênio com ONG

Proposta aprovada pela CCJ exige licitação para convênios entre ONGs e governo. **Página 5**

Senadores apóiam pleitos dos prefeitos

Reivindicações dos prefeitos reunidos em Brasília recebem apoio em discursos de vários senadores. **Página 7**

Obra é a primeira de uma trilogia que Antonio Carlos Júnior pretende dedicar à memória parlamentar do pai, cuja atuação foi exaltada em mensagem enviada por Marco Maciel

Senado homenageia ACM com livro e dá seu nome a ala da Casa

O lançamento do livro *ACM – Uma história de amor à Bahia e ao Brasil*, organizado pelo senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), encerrou as homenagens que o Senado prestou ontem a Antonio Carlos Magalhães, falecido em julho de 2007.

O livro é o primeiro de uma trilogia que Antonio Carlos Júnior pretende dedicar à memória parlamentar do pai. Ele lembrou que Antonio Carlos Magalhães foi um ardoroso combatente do excesso de medidas provisórias. É de autoria do senador falecido a proposta de emenda à Constituição (PEC 511/06) que disciplina a edição de MPs e que se encontra na Câmara. Aprovado na comissão especial, o parecer do relator, deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ), vai ao Plenário.

– Esse foi o senador ACM, rigoroso e gentil, eternamente fiel às suas convicções.

Legado

Já o presidente do Senado, Garibaldi Alves, destacou que a



Com retrato do pai ao fundo, ACM Júnior, ao lado de Garibaldi, discursa no Salão Negro

vida de Antonio Carlos foi uma “história de amor à Bahia e ao Brasil”. Garibaldi observou que, apesar de não ser unanimidade entre seus pares, ACM deixou um legado para o futuro político do país.

A cerimônia de lançamento reuniu no Salão Nobre do Congresso Nacional parlamentares, familiares e amigos de Antonio

Carlos Magalhães, entre eles o deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA) e a viúva, Arlete Magalhães.

Antes, por iniciativa de Tião Viana (PT-AC), o presidente Garibaldi Alves inaugurou, no corredor que separa o Salão Azul do gabinete que o ex-senador baiano ocupava, a Ala Antonio Carlos Magalhães.

Retrato vai para galeria de ex-presidentes da CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) inaugurou ontem o retrato do ex-senador Antonio Carlos Magalhães na galeria de ex-presidentes do colegiado. Dirigida por Valter Pereira (PMDB-MS), vice-presidente, a cerimônia contou com a participação de vários senadores, entre eles Antonio Carlos Júnior, que substituiu o pai no Senado.

Apesar de ausente, o presidente da CCJ, senador Marco Maciel (DEM-PE), enviou uma mensagem, lida durante a cerimônia por Valter Pereira. No texto, Maciel afirma que a história do país, da segunda metade do século 20 para cá, não pode ser escrita sem incluir “a densa personalidade de ACM, para quem a política, mais do que uma profissão, era

uma atividade de vida”. O texto de Marco Maciel destaca o amor do senador falecido à Bahia, “sua primeira devoção”, bem como sua atenção para com o Nordeste e todo o país.

Valter Pereira ratificou a mensagem, afirmando que a homenagem era a expressão de testemunho e saudade dos integrantes da comissão.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário comemora Dia do Exército

Às 10h, o Plenário faz sessão especial em homenagem ao Dia do Exército Brasileiro, comemorado em 19 de abril, data da Batalha dos Guararapes. Às 14h, a sessão é deliberativa, mas a pauta continua trancada. Na hora do expediente será homenageada a memória do jornalista Assis Chateaubriand, falecido há 40 anos.

Agenda do presidente

Às 9h30, o presidente Garibaldi Alves participa, no Salão Nobre da Câmara, de ato de celebração pelos 20 anos da Constituição; às 10h, preside sessão em homenagem ao Dia do Exército; às 10h30, comanda reunião da Mesa diretora no gabinete da Presidência; às 14h, preside sessão em homenagem a Assis Chateaubriand; às 15h, recebe a visita do ministro Edson Santos; e, às 16, preside sessão deliberativa do Senado.

Fundo de Participação dos Municípios em debate

Às comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Assuntos Econômicos (CAE) realizam, às 10h, audiência para debater os critérios utilizados no último censo do IBGE para fixação dos percentuais do Fundo

de Participação dos Municípios. Estão convidados os presidentes do IBGE, Eduardo Pereira Nunes; da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Roberto Ziulkoski; e da Frente Nacional de Prefeitos, João Paulo Lima e Silva.

CRE vota “Projeto do Sacoleiro” e embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vota, às 10h, o chamado “Projeto do Sacoleiro” (PLC 27/08), que institui o Regime de Tributação Unificada no processo de importação de mercadorias procedentes do Paraguai

por via terrestre. Em seguida, os senadores analisam as indicações de Jorge José Frantz Ramos e Elim Saturnino Ferreira Dutra para exercerem o cargo de embaixador do Brasil, respectivamente, na República do Mali e na Tunísia.

Na CDH, mudança no Estatuto da Criança

Às 9h, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) se reúne para analisar e votar uma pauta de 11 itens, entre eles projeto que modifica o Estatuto da Criança e do

Adolescente para obrigar entidades a terem, em seus quadros, pessoal capacitado para reconhecer e reportar maus-tratos de crianças e adolescentes.

Audiência na CMO

Em audiência pública prevista para as 10h, os parlamentares da Comissão Mista de Orçamento (CMO) ouvem o secretário do Tesouro Nacional, que falará sobre o cumprimento das metas fiscais do terceiro quadrimestre de 2007.

Ciência e Tecnologia

Às 9h, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) realiza audiência para ouvir o ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, sobre o plano de ação do setor para o período de 2007/10.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
www.senado.gov.br/jornal | jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – 70165-920 Brasília (DF)

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves, Gerson Camata, César Borges e Antônio Carlos Valadares

Na sessão de ontem, o Plenário acolheu duas medidas provisórias que abrem crédito extraordinário para o Executivo e rejeitou um projeto de lei de conversão

PAC recebe crédito extraordinário de R\$ 1,25 bilhão

O Plenário do Senado aprovou ontem a Medida Provisória 406/07, que abriu crédito extraordinário de R\$ 1,25 bilhão para programas de transportes, saneamento básico, habitação popular e recuperação das margens de afluentes do rio São Francisco. Quase todos os projetos beneficiados fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou a MP ao ficar claro, em dezembro passado, que o Congresso iria atrasar em pelo menos dois meses a votação do Orçamento federal para 2008, por causa do fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que tirou cerca de R\$ 40 bilhões das receitas da União. Com a medida provisória, o governo quis evitar a paralisação ou o atraso na implementação de projetos.

A MP 406/07 destinou, por exemplo, R\$ 161 milhões à Valec, estatal encarregada da construção da Ferrovia Norte-Sul, para as obras do trecho que vai de Anápolis a Uruaçu, no estado de Goiás. O Ministério das Cidades ficou com R\$ 636 milhões, para o financiamento de habitação popular (via Caixa Econômica Federal) e construção de esgoto sanitário em cidades com menos de 50 mil habitantes. Medida provisória tem vigência imediata, ou seja, os ministérios já estavam autorizados a iniciar os gastos.

A aprovação da MP 406/07 ocorreu em votação simbólica de líderes (o governo tem maioria), com votos contrários da oposição. PSDB e DEM vêm se recusando a dar votos favoráveis a medidas provisórias que abrem crédito extraordinário para ministérios, sob o argumento de que eles ferem a Constituição.

Para a oposição, só pode ser pedida ao Congresso a abertura de créditos extraordinários “para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública”.

Leopoldo Silva



Romero Jucá, Alvaro Dias, José Agripino e Heráclito Fortes discutem acordo para a votação de medidas provisórias

Senado aprova MP que garante R\$ 5,4 bilhões a órgãos federais

Acordo de líderes partidários permitiu a aprovação, ontem, da medida provisória (MP 405/07) que abriu crédito extraordinário de R\$ 5,455 bilhões para acerto de contas em 20 ministérios, órgãos vinculados à Presidência da República e Justiça Eleitoral. A matéria destina recursos para pagamento de pessoal, encargos sociais, custeio de operação e investimentos. Essa MP – que segue agora para promulgação – faz parte de acerto orçamentário feito no final de 2007.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) informou que o Supremo Tribunal Federal (STF) deve julgar hoje a ação direta de inconstitucionalidade (Adin) que seu partido apresentou contra a MP 405/07.

A maior fatia dos recursos – R\$ 733,456 milhões – é para o Ministério da Educação. O Ministério da Justiça e órgãos a ele vinculados terão um total de R\$ 364,86 milhões.

Inclusão digital

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento receberá R\$ 51,928 milhões. O dos Transportes, um total de R\$ 455,66 milhões. No Ministério das Comunicações, crédito de R\$ 200 milhões financiará o Programa de Inclusão Digital e da Universalização da Banda Larga. O Ministério da Ciência e Tecnologia terá R\$ 54,4 milhões de crédito. Para o Ministério da Fazenda, serão alocados R\$ 348,006 milhões. A Justiça Elei-

total terá recursos no valor de R\$ 7,5 milhões.

Os demais créditos da MP estão distribuídos entre os ministérios das Relações Exteriores (R\$ 19 milhões); Previdência Social (R\$ 169,2 milhões); Trabalho e Emprego (R\$ 10,601 milhões); Meio Ambiente (R\$ 39,058 milhões); Planejamento, Orçamento e Gestão (R\$ 551 milhões); Desenvolvimento Agrário (R\$ 752 milhões); Esporte (R\$ 115,937 milhões); Defesa (R\$ 720,549 milhões); Integração Nacional (R\$ 30 milhões); Turismo (R\$ 70 milhões); Desenvolvimento Social e Combate à Fome (R\$ 10 milhões); Ciência e Tecnologia (R\$ 54,4 milhões); e Cidades (R\$ 337,926 milhões).

Plenário aceita cinco indicações para embaixadas

O Plenário aprovou ontem cinco mensagens do Executivo com indicações de embaixadores. O ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores Carlos Eduardo Sette Câmara da Fonseca Costa representará o Brasil no Paquistão e, cumulativamente, no Afeganistão e no Tadjiquistão (MSF 276/07). Para exercer o cargo de embaixador nos Emirados Árabes Unidos (MSF 41/08),

foi acolhido o nome do ministro de segunda classe Raul Campos e Castro.

A indicação de Cesário Melantônio Neto (MSF 48/08) foi aceita para representar o país no Egito, na Eritréia e na Somália. Edgard Antônio Casciano (MSF 49/08), ministro de segunda classe da carreira diplomática, será embaixador na Síria. Para o cargo de embaixador na Guiné (MSF 53/08), o nome do ministro de

segunda classe José Fiúza Neto foi aceito.

ANTT

O Plenário também aprovou a indicação do engenheiro Mário Rodrigues Júnior para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Pós-graduado em Engenharia de Transportes pela Universidade de São Paulo (USP), Rodrigues Júnior recebeu 40 votos favoráveis e 6 contrários.

Parecer de Jucá derruba MP sem urgência

O Plenário rejeitou o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 7/08, relativo à Medida Provisória (MP) 385/07, que prorrogava até 31 de dezembro de 2010 o prazo para requerimento de aposentadoria do trabalhador rural enquadrado como contribuinte individual. A matéria não foi considerada urgente pelo próprio líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), relator da matéria no Senado.

Colocado em votação, o parecer de Jucá foi confirmado, com voto contrário do senador Osmar Dias (PDT-PR).

O líder do governo justificou seu parecer pelo fato de o governo haver editado, em outubro, a MP 397/07 que revogava a MP 385. A revogação foi usada para retirar a 385 da pauta da Câmara e facilitar a aprovação da MP 398/07, que criou a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), conhecida como TV pública.

No Senado, foi a MP 397 que dificultou a votação da MP da TV pública. Numa sessão que só terminou na madrugada do dia 12 de março, o governo ajudou a derrubar a 397, por falta de urgência, para viabilizar a criação da EBC. Ironicamente, a MP 385 continuou em vigor.

Os líderes da oposição, Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Agripino (DEM-RN), advertiram que se a 397 não fora considerada urgente, a 385 também não poderia ser. Jucá, então, recebeu elogios da oposição. “É assim que se começa a construir um entendimento”, disse Virgílio.

– Não concordo. Não só é urgente a aposentadoria do trabalhador rural quanto os agricultores familiares venderem sua produção, sem impostos, à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) – argumentou Osmar Dias, em referência a outro ponto da MP, que ficou para ser tratado posteriormente, segundo promessa de Jucá.

Alvaro Dias (PSDB-PR) acusou o governo por “piratear” seu projeto sobre a extensão do prazo para requerimento da aposentadoria do trabalhador rural.

Congresso mantém 97 vetos presidenciais

O Congresso Nacional manteve 97 vetos presidenciais a 34 projetos aprovados pelo Legislativo. O anúncio foi feito ontem pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho.

A votação, realizada na terça-feira, teve a apuração concluída somente ontem. O resultado encontra-se em destaque na página do Senado na internet (www.senado.gov.br).

– Votaram 419 deputados e 57 senadores. Na próxima semana, vamos prosseguir na apreciação dos vetos, que é um dos compromissos que assumimos: que não deixaríamos de votar

esses vetos – disse Garibaldi.

A análise de vetos é o último passo do processo legislativo, que, de outra forma, fica em aberto, causando insegurança jurídica.

Onze requerimentos foram aprovados ontem pela comissão parlamentar de inquérito. O deputado Luiz Sérgio anunciou que apresentará o relatório final em 27 de maio

CPI convoca reitor da Unifesp para explicar gasto com cartão

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos aprovou a convocação do reitor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Ulysses Fagundes Neto, acusado de realizar compras irregulares com cartão corporativo. Fagundes Neto teria gastado cerca de R\$ 12 mil na

compra de artigos esportivos, aparelhos eletrônicos, cerâmicas e malas durante viagens ao exterior. O deputado Índio da Costa (DEM-RJ) contou ter sido contatado pelo reitor, que afirmou já ter devolvido parte dos recursos.

No total, foram aprovados 11 requerimentos. Mas pela quinta



Marisa Serrano, presidente, e Luiz Sérgio, relator da CPI mista

vez a CPI rejeitou a convocação da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Entre os requerimentos acolhidos, está o que pede o nome dos titulares de cartões corporativos do governo federal. Outros dois solicitam ao Tribunal de Contas da União (TCU) e à Controladoria Geral da União (CGU) informações sobre gastos

de ministérios, autarquias, secretarias e outros órgãos.

Também serão solicitados ao reitor interino da Universidade de Brasília (UnB), Roberto Armando Ramos de Aguiar, documentos e dados sobre mecanismos de suprimentos de fundos da instituição a partir de 2000.

O ex-reitor da UnB Timothy Mulholland é acusado de uso irregular desses recursos.

O relator da CPI, deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), informou que apresentará o relatório final da comissão em 27 de maio. Os sub-relatores terão prazo até o dia 12 para entregar os respectivos relatórios a Luiz Sérgio.

Assessores poderão examinar documentos sigilosos

Exercendo uma prerrogativa da presidência da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) dos Cartões Corporativos, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) decidiu que assessores dos parlamentares terão acesso aos dados sigilosos do Tribunal de Contas da União (TCU). A decisão foi tomada em reunião administrativa no início da noite de ontem, e falta ainda definir quantos assessores poderão ser credenciados para examinar as informações reunidas durante auditoria nos gastos com cartões.

Marisa Serrano anunciou que

o grupo de membros da CPI que acessará os dados será composto por quatro parlamentares da oposição e quatro da base governista. Também devem ser permitidas duas trocas no período entre 22 de abril e 22 de maio. Os parlamentares e assessores assinarão um compromisso de manutenção do sigilo, serão acompanhados por um técnico desde a entrada até a saída do TCU, não poderão portar telefones celulares e máquinas fotográficas e não terão autorização para fazer cópias dos documentos. Anotações de próprio punho serão permitidas.

– Acho que foi um bom acor-

do depois de muita discussão – disse.

O relator da CPI, deputado Luiz Sérgio (PT-RJ), havia-se manifestado contra a liberação dos documentos a assessores. Seria irresponsabilidade, afirmou.

Antes da reunião administrativa, Marisa Serrano e o relator da comissão, deputado Luiz Sérgio, tiveram audiência com o presidente do Tribunal de Contas da União, Walton Alencar Rodrigues, para acertar a forma de acesso aos documentos sigilosos e solicitar auditores do órgão para acompanhar a análise das informações.

Jucá quer cancelar a convocação de Dilma Rousseff

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), tentará mais uma vez evitar que a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, tenha de comparecer ao Senado para explicar denúncias de que o governo teria elaborado dossiê com informações sigilosas sobre o ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

Jucá pedirá, na próxima reu-



Jucá deve apontar inconsistência no requerimento aprovado

nião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), que seja anulado o requerimento do senador Mário Couto (PSDB-PA), aprovado terça-feira, que convo-

ca a ministra para responder a perguntas dos senadores sobre a produção do dossiê.

Segundo a assessoria de imprensa de Jucá, o requerimento, cujo teor ainda não foi revelado, deve apontar algumas inconsistências regimentais identificadas na proposição apresentada por Mário Couto.

Em outra decisão do colegiado, a ministra deve comparecer à comissão para prestar esclarecimentos sobre as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da usina de Belo Monte (PA).



Casagrande dirige debate sobre projeto contra a chamada concorrência parasitária

CCT aprova medida que reforça proteção a marca de produtos

A legislação que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial poderá garantir maior proteção da marca contra imitações – a chamada concorrência parasitária. É o que prevê projeto de autoria do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O projeto amplia a proteção da marca contra o uso de sinais visuais idênticos ou semelhantes em outros ramos de atividade econômica, sempre que o “titular da marca demonstrar que a imitação configura concorrência desleal, prejuízo a sua imagem

ou utilização indevida de sua imagem corporativa ou de seu prestígio”.

Além disso, passará também a ser autor de crime – com pena de três meses a um ano de detenção, além de multa – aquele que “usa ou imita marca, expressão ou sinal de propaganda alheios, com o objetivo de denegrir imagem da empresa, produto ou serviço, ainda que não concorrente no mesmo mercado”.

O senador Renato Casagrande (PSB-ES), que presidia a reunião, lembrou que a CCT ouve hoje em audiência pública o ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende, sobre o plano de ação para 2007/2010.



Na audiência da Comissão de Educação, Paulo Paim ouve exposição de Wilson Matos

Matos: sucesso do ensino exige boa gestão e professores qualificados

A qualificação do professor e a gestão eficiente foram destacadas pelo reitor do Centro Universitário de Maringá (PR), ex-senador Wilson Matos, como as principais variáveis que compõem a educação de qualidade. Ele participou ontem de debate na Comissão de Educação (CE) sobre projeto de sua autoria que cria o Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica (Enameb).

Na opinião de Wilson Matos, para que a sociedade brasileira incentive o conhecimento, é preciso integração entre os profissionais da educação, o governo e os parlamentares. A avaliação de profissionais, a seu ver, constitui um instrumento importante para

o aperfeiçoamento de qualquer instituição, e os profissionais da educação não devem temê-la.

A secretária de Educação do Rio Grande do Sul, Mariza Abreu, concordou que a qualidade do ensino é a principal questão a ser examinada. Afirmou que o governo confunde qualidade na educação com taxa de aprovação ou altos resultados numéricos.

Por sua vez, a senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que propôs a realização da audiência pública, disse que o projeto de Wilson Matos (PLS 403/07) não tem a intenção de punir os professores ou criar dificuldades para eles, mas sim valorizar a figura do mestre.

Renato Casagrande apresentou, em Plenário, proposta para que fundações de pesquisa sejam submetidas a concorrência antes de realizar convênio com governos

Autorizada a doação de terreno da União

Projeto que permite à União doar porções de um terreno localizado em Manaus a pessoas que já o ocupam foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Com a proposta, seu autor, senador Jefferson Péres (PDT-AM), quer “corrigir uma injustiça”. A matéria recebeu parecer favorável de Demostenes Torres (DEM-GO).

A proposição já havia sido aprovada pela Câmara e agora segue para o Plenário.

Projetos do TST são aprovados por comissão

A CCJ aprovou ontem parecer favorável a dois projetos do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que criam ou transformam funções comissionadas nos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) de Santa Catarina (12ª Região) e da Bahia (5ª Região). Já acolhidas na Câmara, as propostas (PLCs 16/08 e 17/08) foram relatadas pelos senadores Ideli Salvatti (PT-SC) e César Borges (PR-BA), respectivamente, e agora vão a Plenário, em urgência.

CCJ: licitação é obrigatória para contratar ONG

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, em decisão terminativa, o projeto (PLS 624/07) que torna obrigatória a licitação nos convênios entre governo e entidades sem fins lucrativos como as organizações não-governamentais (ONGs). Apresentado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), o projeto altera a Lei de Licitações (8.666/93).

O relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), declarou que o projeto “tem caráter moralizador” para os convênios.

Ele destacou o aumento da participação das ONGs na prestação de serviços públicos. O fenômeno, disse, compõe a diminuição da prestação direta de serviços pelo Estado em favor das ONGs, tendência que se acentuou nos últimos dez anos.

Jereissati critica o governo, por supostas irregularidades no repasse de recursos para ONGs que seriam vinculadas ao PT. Ele afirma que, “lamentavelmente, é isto o que tem se observado no governo: a escolha de convenientes presidida por critérios não-republicanos, de modo a favorecer instituições ligadas por



Aprovada por unanimidade pela comissão, proposta altera Lei de Licitações e equipara processo de escolha de ONGs ao de empresas privadas

laços ideológicos ou pessoais às autoridades do Executivo, mesmo quando outras entidades do terceiro setor dispostas a realizar parcerias com o Estado apresentam maior reputação, capacidade técnica e eficiência para executar os objetivos dos convênios celebrados”.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) absteve-se de votar, argumentando que prefere “aguardar a evolução

do trabalho da CPI das ONGs”.

Também ontem, o senador Renato Casagrande (PSB-ES) apresentou proposta semelhante, para submeter fundações de ensino e pesquisa a processo licitatório para serem contratadas pela administração pública. A sugestão foi feita por meio de emenda ao projeto da nova Lei de Licitações que espera votação em Plenário.

Senadores querem fim da DRU na educação em 2011

Foi aprovado ontem pela CCJ parecer favorável a proposta de emenda à Constituição (PEC 93/06) que reduz os percentuais da Desvinculação das Receitas da União (DRU) sobre recursos vinculados à educação em 2009 e 2010. A partir de 2011, haveria a extinção definitiva do desvio dessas receitas para outras finalidades de governo. A PEC, da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), foi relatada pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), segue agora para o Plenário e,

em seguida, para a Câmara.

Renovada em dezembro pelo Congresso, a DRU autoriza o governo a desvincular 20% das contribuições condicionadas a gastos específicos – exceto as patronais e dos empregados para a Previdência – e destinar os recursos para gastos considerados mais urgentes. O mecanismo foi criado em 1994 para enfrentar a crise fiscal (desequilíbrio entre receitas e despesas) na criação do Plano Real.

O relator reduziu de três para

dois anos o período de transição. O percentual de desvinculação será reduzido à metade (10%) em 2009, caindo para 5% em 2010.

– Toda a área de educação há muito tempo aguarda a retirada da DRU – comemorou Ideli, informando que o governo apóia a PEC.

A senadora reconheceu o papel de Cristovam Buarque (PDT-DF), que condicionou seu apoio à CPMF em troca da exclusão dos recursos da educação dos efeitos da DRU.

Emenda amplia objetivos do fundo antiviolença

Emenda que visa ampliar o alcance do Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade foi aprovada ontem pela CCJ. O fundo passa a incluir entre seus objetivos o de “garantir recursos para a segurança e o policiamento das fronteiras terrestres”.

A proposta de criação do fundo foi apresentada há um ano pelo então senador Antonio Carlos Magalhães e tramita sob a forma da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 5/07. A emenda aprovada é do senador Expedito Júnior (PR-RO) e teve apoio do relator, Demostenes Torres (DEM-GO). Agora, a PEC volta ao Plenário.

Na CAS, dengue será debatida em audiência pública

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) decidiu ontem que vai realizar debate sobre “doenças negligenciadas”, entre as quais a dengue, com a presença do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e da DNDi (Drugs for Neglected Diseases Initiative/Drogas para



Debate na comissão vai buscar soluções para evitar epidemias de doenças tropicais

Doenças Negligenciadas).

O pedido foi feito pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), que aponta a DNDi como centro de referência para combate a doenças tropicais infecciosas para as quais não há tratamento adequado, como leishmaniose, malária, do-

ença de Chagas e dengue.

Do debate, são esperadas sugestões para debelar a epidemia de dengue e afastar o risco de novas epidemias de qualquer doença tropical no país. Para Flávio Arns (PT-PR), a dengue é exemplo de política pública negligenciada.

Compensação de débitos fiscais com créditos de outros tributos

Projeto do senador Renato Casagrande (PSB-ES) que permite a compensação de débitos previdenciários com créditos referentes a outros tributos federais foi acolhido ontem pela Comissão de Assuntos Sociais. Também obteve aprovação emenda do relator, Marcelo Crivella (PRB-RJ), para permitir o inverso, ou seja, a compensação dos créditos previdenciários com débitos de outros tributos federais. Agora, o PLS 699/07 segue para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Pelo projeto, ficou restabelecida a possibilidade de compensar débitos relativos a imposto ou contribuição federal por créditos referentes a outros tributos, que havia sido extinta com a criação da Super-Receita – unificação da Receita Federal com a Receita Previdenciária.

Casagrande lembrou que as empresas exportadoras, que acumulam créditos relativos a impostos e contribuições, estão impedidas de usá-los para pagar débitos junto ao INSS.

Segundo relator da CPI da Pedofilia, Demostenes Torres, objetivo é coibir a prática de abuso no Orkut, onde ocorrem 90% desses delitos no Brasil

Google deve assinar termo de conduta com Ministério Público

O relator da CPI da Pedofilia, senador Demostenes Torres (DEM-GO), anunciou ontem a provável assinatura de termo de ajustamento de conduta entre o site de buscas Google, o Ministério Público e a Polícia Federal. A intenção é diminuir a prática de atos de pedofilia no Orkut, site de relacionamento do Google.

Segundo o senador, o termo estabelece que o Google fornecerá o conteúdo das páginas fechadas no Orkut independentemente de pedido judicial ao MP e à PF. Também desenvolverá ferramenta para impedir que pedófilos coloquem material nas páginas, já que é possível inserir fotografias e restringir o acesso às mesmas apenas a pessoas autorizadas. Representantes do Google participarão de reunião da CPI na próxima semana.

Ainda de acordo com Demostenes, 90% dos crimes de pedofilia no Brasil ocorrem dentro do Orkut. “Vamos dar um golpe decisivo nos pedófilos do Brasil”, frisou o parlamentar.

Os integrantes da CPI aprova-



“Vamos dar um golpe decisivo nos pedófilos do Brasil”, diz Demostenes (D), ao lado de Tuma

ram requerimento para realização de diligência hoje e amanhã em Belém, destinada a ouvir o bispo de Marajó, dom José Luiz Azcona Hermoso, sobre denúncia de que crianças entre 12 e 14 anos estariam se prostituindo. Na cidade, a comissão vai participar de encontro com procuradores-gerais de Justiça em Belém.

Outro requerimento aprovado questiona o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, sobre a intenção do Brasil em aderir à Convenção de Budapeste, que trata de crimes cibernéticos. A

convenção detalha, entre outros pontos, o que a legislação de cada signatário deve conter para combater os crimes de pedofilia.

A CPI também vai ouvir o juiz da comarca de Niquelândia (GO), Rinaldo Barros, cidade em que foi identificada uma rede de prostituição infantil em 2007, e o juiz de Direito José Antonio Daltoé Cezar, da 2ª Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre. Foi acolhido ainda requerimento que autoriza o presidente da SaferNet, Thiago Tavares, a prestar serviços à comissão.

Audidores em greve buscam apoio de Garibaldi Alves

Representantes dos auditores fiscais do Trabalho e da Receita Federal do Brasil reivindicaram apoio do presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, à busca de acordo com o governo para pôr fim à greve das categorias, que já dura 28 dias. Desde 2007, os auditores reivindicam reajuste salarial que equipare seus vencimentos aos dos delegados da Polícia Federal e dos procuradores da República.

– Estamos reivindicando um tratamento que resgate a posição de carreira exclusiva de Estado que é exercida pelos auditores

– explicou a presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Rosa Maria Campos Jorge.

Na conversa com Garibaldi, as entidades alertaram para os prejuízos que os quase 30 dias de paralisação representam para o país. Os auditores atuam, por exemplo, no combate ao trabalho escravo e na fiscalização de crimes como sonegação fiscal e lavagem de dinheiro. Garibaldi chegou a tentar um contato com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, mas não obteve resposta até o final da reunião.

Evangélicos

Membros da Frente Parlamentar Evangélica e líderes evangélicos pediram a Garibaldi mudanças em projeto da Câmara (PLC 122/06) que tipifica o crime de discriminação contra os homossexuais. Na avaliação dos evangélicos, a proposta fomentaria, na versão atual, o preconceito.

– Queremos debater o projeto amplamente para que cheguemos, junto com os homossexuais, a uma conclusão para barrar no Brasil todo tipo de discriminação – disse o pastor Ronaldo Fonseca, da Assembléia de Deus.

Senado participa do Fórum de Tecnologia da Informação

O Senado participará, de 22 a 24 de abril, da sexta edição do Fórum de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), em Brasília, cujo tema central é “Estado e Sociedade rumo ao Desenvolvimento Tecnológico”.

Serão apresentadas aplicações de TIC no governo, abordando estudos de caso e seus desdobramentos. O evento abordará ainda os temas “Educação, Tecnologia e Desenvolvimento Social”, “Cooperação Internacional na era do Conhecimento” e “Infra-Estrutura e Integração: Fundamento e Oportunidades”.

A Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen) vai

apresentar dois estudos de caso, enquanto a diretora da Biblioteca do Senado, Simone Bastos, participará do painel sobre cooperação internacional.

Os organizadores do Fórum de Tecnologia da Informação ressaltam que a “sociedade do conhecimento encontra-se em processo de formação e expansão, caracterizando-se pela aceleração dos processos de produção, disseminação e compartilhamento da informação e do conhecimento”.

O diretor da Secretaria de Infra-Estrutura Tecnológica do Prodasen, Pedro Enéas Mascarenhas, integra o comitê técnico do evento e o conselho do fórum.

Uma semana de atividades sobre mudanças climáticas na Antártida

A Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas e a Frente Parlamentar em Prol do Programa Antártico Brasileiro (Proantar) promoverão, entre os dias 6 e 9 de maio, atividades para ressaltar a importância do continente antártico.

No dia 7, a partir das 9h, haverá um seminário para debater a influência da Antártida nas mudanças climáticas globais. Estão previstas palestras sobre

os recursos minerais e energéticos e o caráter frágil do meio ambiente no continente. Os debates terão a participação de parlamentares, pesquisadores, representantes de organizações não-governamentais e autoridades públicas do setor.

O seminário será realizado no auditório do Interlegis e as inscrições, que são gratuitas, podem ser feitas pelo site www.interlegis.gov.br.

Representação no Parlamento do Mercosul discute nova presidência

A sucessão na presidência da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul será discutida em reunião amanhã, às 9h30. O posto está sendo ocupado interinamente pelo deputado Cláudio Diaz (PSDB-RS) desde a renúncia do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), em 14 de abril. O Regimento Interno do Senado determina a realização de novas eleições em cinco dias úteis após a vacância do cargo.

Mesquita Júnior renunciou ao cargo em protesto contra o “des-

caso e a falta de respeito” de ministros para com a Representação Brasileira no Mercosul. Segundo o senador, quatro ministros foram convidados para debates no colegiado, mas nenhum sequer respondeu ao convite.

A Representação Brasileira também debaterá projetos, com destaque para o PLC 27/08, que institui o Regime de Tributação Unificada na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai – o chamado “Projeto do Sacoleiro”.

Recital de Denise Tavares na Biblioteca marca o Dia Mundial da Voz

Em comemoração ao Dia Mundial da Voz, o Senado promoveu ontem, na Biblioteca Luiz Viana Filho, um recital com a cantora lírica Denise Tavares, acompanhada pela pianista Beatriz Salles.

A cerimônia contou com a presença dos senadores Alvaro Dias (PSDB-PR) e Arthur Virgílio (PSDB-AM). Virgílio

destacou a importância do trabalho dos fonoaudiólogos e ressaltou a necessidade da saúde da voz para o bom desempenho de atividades profissionais, entre as quais a política.

– Uma voz boa é essencial como ferramenta de trabalho – assinalou.

Denise Tavares abriu o recital com três

músicas do maestro Cláudio Santoro: *Acalanto da rosa, Ouve o silêncio* (ambas poemas de Vinícius de Moraes) e *Em algum lugar*. Em seguida, ela cantou quatro composições do maestro Heitor Villa-Lobos: *Lundu da Marquesa de Santos; Nesta rua; Melodia sentimental e Cantinela das bachianas brasileiras nº 5*.



Denise Tavares cantou obras de Cláudio Santoro e Villa-Lobos

Senado discute reivindicações de prefeitos em comissões

A rediscussão do pacto federativo e a melhor distribuição dos tributos arrecadados no Brasil, principais temas da 11ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, serão debatidos hoje, às 10h, nas comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Assuntos Econômicos (CAE). A redução dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para 25% das prefeituras, os precatórios e a reforma tributária também serão abordados no debate que terá a presença do presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski, e do presidente do IBGE, Eduardo Pereira Nunes.



Milhares de prefeitos participam da Marcha a Brasília para reivindicar mais recursos e uma divisão mais equânime da arrecadação nacional de tributos

Rosewell Pinheiro/ABR

RAIMUNDO COLOMBO

Distribuição de verbas arrecadadas privilegia a União



Leopoldo Silva

O senador Raimundo Colombo (DEM-SC) elogiou os prefeitos que participam da 11ª Marcha dos Prefeitos. E aproveitou para criticar a distribuição da arrecadação tributária, com 65% indo para o governo federal, 22% para estados e 13% para municípios.

– É aí que está o erro, porque é no município que vivemos, longe da burocracia que complica a vida do povo – avaliou.

Colombo defendeu a diminuição da carga tributária como forma de beneficiar a população mais empobrecida.

LÚCIA VÂNIA

Reforma tributária pode dar prejuízo aos municípios



Leopoldo Silva

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) alertou para a alteração da sistemática de formação do Fundo de Participação dos Municípios incluída no projeto de reforma tributária do governo. Segundo a

senadora, a mudança pode gerar prejuízo de R\$ 1,5 bilhão aos municípios.

– Em tese, os cálculos foram feitos para municípios não terem perdas, mas, desde 2005, a receita do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Renda cresce mais do que os demais tributos que entrariam no novo bolo de repartição – informou.

VALDIR RAUPP

Gastos com precatórios devem ser limitados



J. Freitas

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 12/06) que limita os gastos dos entes federativos com precatórios favorece os municípios. A

PEC é uma das principais reivindicações da 11ª Marcha dos Prefeitos.

– Isso vai dar um fôlego de até quinze anos para que estados e municípios possam pagar mais de R\$ 100 bilhões, um passivo de até quarenta anos de precatórios sem pagar – disse Raupp, que é relator da PEC.

KÁTIA ABREU

Mudança no pacto federativo trará mais equilíbrio



Leopoldo Silva

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) defendeu a reforma tributária, com modificações no pacto federativo e redistribuição dos recursos dos impostos de forma equilibrada entre os entes federados.

Já o repasse para o transporte escolar de alunos da zona rural, que leva em conta o número de alunos e não a extensão percorrida, e o pagamento das dívidas renegociadas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), disse ela, precisam ser reavaliados pelo governo federal.

José Nery dá apoio a indígenas de Roraima

O senador José Nery (PSOL-PA) apoiou os indígenas da reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, onde o governo federal se prepara para retirar os ocupantes não-indígenas. Nery acusou os plantadores de arroz de promover “ações de extrema violência”, como o espancamento de líderes indígenas; a destruição de pontes e escolas; o bloqueio de estradas; a tomada de reféns e o uso de bombas caseiras para aterrorizar a população.

Ele também saudou a realização do Acampamento Terra Livre, feito pelo Movimento Indígena Nacional nas proximidades do Congresso. “O PSOL sempre estará ao lado de indígenas, quilombolas e comunidades atingidas por barragens na luta contra o grande capital, as madeireiras e outros grupos que dilapidam o patrimônio nacional”.

Papaléo cobra aumento para policiais do Amapá

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) cobrou ontem do líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), o cumprimento de acordo firmado no dia 1º de abril, de estender o aumento salarial dado a policiais militares do Distrito Federal aos policiais dos ex-territórios, como o Amapá. Jucá teria feito a promessa para garantir a aprovação da MP 401/07.

Papaléo lembrou as palavras de Jucá: “O aumento dos militares dos ex-territórios será tratado quando da discussão do aumento dos militares ou do aumento do pessoal civil. Fica aqui o meu compromisso, inclusive de emendar, aqui no Plenário, se não vier na proposta do Executivo, o aumento dos policiais militares e bombeiros dos ex-territórios”.

Jucá: ex-territórios devem ter benefício

Em resposta ao senador Papaléo Paes (PSDB-AP), o líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou que a proposta do Executivo que reajusta os salários dos militares da União poderá receber emenda, caso não preveja aumento a policiais militares e bombeiros dos ex-territórios federais.

– Fizemos um acordo para votar o aumento dos policiais do Distrito Federal. Ficou pactuado com as bancadas de Roraima, Amapá, Rondônia e Acre, que daríamos o reajuste dos policiais dos ex-territórios e dos bombeiros no momento em que houvesse o reajuste dos militares – reconheceu Jucá.

Sarney e Raupp reforçam pedido

Além do senador Papaléo Paes (PSDB-AP), cobraram o reajuste dos militares dos ex-territórios federais os senadores José Sarney (PMDB-AP) e Valdir Raupp (PMDB-RO). Sarney disse que os militares e bombeiros dos ex-territórios constituem hoje um quadro em extinção, com mais de dez anos sem qualquer condição de melhoria de salários e sem acesso a promoções.

– Esse assunto é um compromisso que tem mais de cinco anos. Mas eu, agora, depois de certa idade, com muitos anos nesta Casa, comecei a entender que os compromissos assumidos aqui não são tão levados a sério, como eu pensava antigamente – declarou Sarney.



Camata: carro a óleo diesel fabricado no Brasil é destinado ao exterior

Camata defende a venda no país de automóvel a diesel

Gerson Camata (PMDB-ES) dirigiu apelo ao presidente da República, ao Ministério de Minas e Energia e à Agência Nacional do Petróleo (ANP) no sentido de que seja liberada a fabricação de carros de pequeno porte movidos a óleo diesel para uso no Brasil.

Atualmente, a indústria automobilística nacional pode fabricá-los, mas a produção é integralmente destinada a países como Uruguai, Chile, Argentina, Peru e até China.

– Podemos fazer carros bons, econômicos, mas não podemos usá-los. Isso é abusar do povo brasileiro, isso é uma vergonha e nos envergonha de ser brasileiros.

Parlamentar diz que a Casa simplesmente aprovou emenda de representante do PT estendendo a aposentados e pensionistas o reajuste do salário mínimo

Mão Santa rebate críticas de Paulo Bernardo a senadores

O senador Mão Santa (PMDB-PI) chamou o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, de “ministinho porcaria”, por ter criticado os senadores pela aprovação do projeto de lei que estende a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) o mesmo percentual de reajuste concedido ao salário mínimo – inflação mais a variação do produto interno bruto (PIB) de dois anos antes.

O parlamentar leu, em discurso no Plenário, notícia na qual Paulo Bernardo afirma que os senadores foram “irresponsáveis” ao aprovar a matéria, pois não haveria recursos suficientes para cobrir tal reajuste nos benefícios pagos pela Previdência Social.

– Eu tremi de tanta indignação quando li que um aloprado nos



Mão Santa: “O presidente Lula deve esta aos velhinhos”

chamou de irresponsáveis, o Senado da República – declarou Mão Santa.

Ainda se referindo ao ministro, o senador afirmou: “Ele é um ministinho porcaria. Pode botar aí que eu não tiro uma palavra”.

Emenda

Mão Santa observou que os senadores “simplesmente aprovaram uma emenda de um senador do PT” (Paulo Paim, do Rio

Grande do Sul) a projeto de lei da Câmara (PLC 42/07) estendendo o percentual de aumento do mínimo aos proventos das aposentadorias e pensões. Em seguida, leu outro trecho da notícia informando que o governo tentará modificar a proposta quando da votação na Câmara dos Deputados.

– Presidente Lula, vossa excelência deve esta aos velhinhos aposentados – advertiu Mão Santa.

Por fim, o parlamentar piauiense fez críticas ao ministro do Trabalho, Luiz Marinho, por ter classificado o projeto de “enganador”. Segundo o ministro, os senadores teriam consciência, ao aprovar a matéria, de que ou o governo derrubaria a emenda de Paulo Paim na Câmara ou o presidente da República vetaria a modificação.



César Borges elogia o serviço prestado pela instituição

César Borges lembra 56 anos de atuação do Lions no Brasil

César Borges (PR-BA) comemorou ontem os 56 anos de atividades do Lions Clube no Brasil, ao mesmo tempo em que elogiou a instituição. O senador destacou que a origem do Lions remonta a 1917, quando um agente de seguros de Chicago (EUA), Melvin Jones, “chegou à conclusão de que cada um de nós pode ser fundamental na construção de um mundo melhor”.

– Nascia, ali, a Associação Internacional de Lions Clubes, inspirada no princípio formulado por Melvin Jones, ou seja: “Você não pode ir muito longe se não fizer alguma coisa por seus semelhantes” – disse o senador.



Couto acusa governadora do Pará de retardar funcionamento da instituição

Mário Couto critica descaso com hospital de Santarém

Inaugurado há mais de um ano, o Hospital Regional do Oeste, um dos maiores do Pará, localizado em Santarém, espera a decisão da governadora Ana Júlia Carepa (PT) para começar a funcionar. A denúncia voltou a ser feita ontem pelo senador Mário Couto (PSDB-PA).

Ele mostrou fotos do hospital, que já estaria preparado para atender à região. E chegou a classificar como “castigo” a morte, por infarto, do vice-prefeito de Santarém, Delano Riker Teles de Menezes (PDT). “Se o hospital estivesse funcionando, ele não teria morrido”, declarou.

Adelmir anuncia nova estação do metrô em Ceilândia

Adelmir Santana (DEM-DF) comunicou ao Plenário que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, inauguraram ontem mais uma estação do metrô em Ceilândia, a maior região administrativa do Distrito Federal. Já são 41 quilômetros de linhas de metrô, afirmou.

A obra, disse, foi concluída em apenas 13 meses. O senador observou que o metrô beneficiará, com a nova estação, 140 mil pessoas e que 30 mil carros deixarão de circular nas pistas que ligam Ceilândia ao centro de Brasília, reduzindo os congestionamentos.



Segundo Adelmir Santana, cerca de 140 mil pessoas devem ser beneficiadas



Proposta fere o princípio da alternância no poder, argumenta Jefferson Péres

Jefferson elogia PT por rejeitar terceiro mandato de Lula

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) cumprimentou ontem a Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores pelo posicionamento contrário à proposta de um terceiro mandato consecutivo para o presidente Lula. A cúpula petista desautorizou também manifestações de filiados favoráveis à iniciativa.

– Sábria e sensata a decisão da direção do PT. Essa idéia fere um dos fundamentos da democracia, que é a alternância no poder – observou. A proposta de membros do partido de realização de plebiscito para aprovação de um terceiro mandato para Lula, no entanto, foi condenada por Jefferson Péres.

Flexa Ribeiro cobra providências contra MST no Pará

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) cobrou providências do governo federal e de Ana Júlia Carepa (PT), governadora do Pará, contra ações de manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

– O MST anuncia que vai fazer invasões no “abril vermelho” e os governos não tomam providências para coibir ações marginais e fora da lei. O estado de direito não pode aceitar esse tipo de movimento. Dizem que não são atendidos pelo governo e querem agir na marra, à margem da lei, e a governadora os recebe de braços abertos – protestou.



Para Flexa Ribeiro, estado tem de coibir “ações marginais e fora da lei”



Sarney recebeu representantes do sindicato dos trabalhadores em saúde

Sindicalistas apóiam recriação da Sucam, proposta por Sarney

Representantes do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde Preventiva e Combate a Endemias do Rio de Janeiro foram recebidos ontem pelo senador José Sarney (PMDB-AP).

Os sindicalistas Sandro Cezar, Rogério Reis e José Ribamar se congratularam com Sarney pelo discurso feito por ele na última segunda-feira, no qual defendeu a recriação da Superintendência de Campanha de Saúde Pública, a Sucam, criada por JK em 1956 e extinta em 1990.

Os trabalhadores se colocaram à disposição do parlamentar para defender a recriação do órgão.